

O “Atlântico NEGRO”

E A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL¹

Amilcar Araujo Pereira²

O objetivo deste artigo é refletir sobre alguns aspectos que nos permitem diferenciar o movimento negro contemporâneo dos movimentos negros existentes em períodos anteriores à década de 1970 no Brasil e, também, analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir dos anos 1970. Para que este objetivo seja alcançado é necessário antes compreendermos o que seria “movimento negro”.

Entendo por movimento negro o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc., fazendo da diversidade e pluralidade características desse movimento social³. Podemos afirmar, nesse

sentido, que existiram movimentos negros no Brasil desde que os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram à costa brasileira, como afirma Abdias do Nascimento:

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e anti-racista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas.⁴

Joel Rufino dos Santos, em artigo escrito em 1985, partindo da afirmação de que “movimento negro é, antes de tudo, aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro”⁵, verificava nos discursos das lideranças do movimento da época duas definições existentes para o termo “movimento negro”. A primeira, e que ele chama de movimento negro “no sentido estrito” e diz ser “excludente”, considerava “movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos 50 anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo (...)”⁶. A segunda definição, a de movimento negro no “sentido amplo”, com a qual concordo e a que ele afirma ser “a melhor definição de movimento negro”, é a seguinte:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.⁷

De acordo com a primeira definição, o movimento negro “no sentido estrito” teria nascido em 1931, com a fundação da Frente Negra Brasileira, e teria sido “(...) uma resposta, em condições históricas dadas, ao mito da democracia racial”. Esse mito ganhou força na sociedade brasileira especialmente após a publicação do livro *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre,

em 1933, e acabou se constituindo em um dos pilares de nossa “identidade nacional”. Ainda segundo Joel Rufino dos Santos, o mito da democracia racial seria composto de três “peças fundamentais”: “1ª) nossas relações de raça são harmoniosas; 2ª) a miscigenação é nosso aporte específico à civilização planetária; 3ª) o atraso social dos negros, responsável por fricções tóxicas, se deve, exclusivamente ao seu passado escravista”⁸.

Desde o final do século XIX há registros de periódicos editados por negros, que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito. Foi o caso de *Treze de Maio*, criado no Rio de Janeiro em 1888, *A Pátria*, em São Paulo, em 1889, e *O Exemplo*, em Porto Alegre, em 1892. Ainda no início do século XX surgiram jornais da “imprensa negra paulista”, assim chamada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que a estudaram na década de 1950: *O Menelick*, em 1915, *A Rua* e *O Xauter*, em 1916, *O Alfinete*, em 1918, *A Liberdade* e *O Bandeirante*, em 1919, *A Sentinela*, em 1920, *O Kosmos*, em 1922, *O Getulino*, em 1923, e *O Clarim*, posteriormente *O Clarim d’Alvorada*, em 1924. Todos, à exceção de *O Getulino*, de Campinas, eram publicados na cidade de São Paulo. *O Clarim d’Alvorada*, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar em São Paulo, circulou entre 1924 e 1932. Segundo vários autores, essa imprensa negra do início do século XX teria sido o “embrião” para a criação, um pouco mais tarde, da primeira grande organização brasileira do movimento negro no “sentido estrito”, a Frente Negra Brasileira (FNB)⁹, criada em 16 de setembro de 1931 por José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Vicente Ferreira, Henrique Cunha, Raul Joviano do Amaral, Gervásio de Moraes e Arlindo Veiga dos Santos. Em 1933 começou a circular em São Paulo seu jornal, *A Voz da Raça*. Com ramificações em vários estados do país, a FNB foi transformada em partido político em 1936, mas extinta no ano seguinte, junto com os outros partidos, após o golpe do Estado Novo¹⁰. Há vários outros casos de organizações negras surgidas a partir de então, por exemplo, a União dos Homens de Cor (UHC), criada em Porto Alegre em 1943 e com ramificações em pelo menos 11 estados da federação¹¹; e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no ano seguinte no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Essas e outras organizações exerciam práticas político-sociais, hoje percebidas como práticas comuns ao movimento negro, mesmo considerando o “sentido estrito” do termo.

Segundo Regina Pinto, a própria expressão “movimento negro” teria surgido em 1934, num texto publicado no jornal *A Voz da Raça*, que era o órgão de divulgação da FNB¹². Contudo, essa expressão passou a ser utilizada recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970. E é exatamente sobre o movimento negro surgido nesse momento, com suas especificidades e características – e que se

autodenomina e é denominado de “movimento negro contemporâneo” –, que estarão enfocadas as reflexões deste texto. Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado (MNU)¹³, e o ato público de lançamento do Movimento realizado no dia 7 de julho daquele ano, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que teve repercussão nacional e internacional, parecem ter sido responsáveis pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento.

O movimento negro contemporâneo

O principal conjunto de fontes históricas utilizado para a elaboração deste artigo é o acervo com 39 entrevistas de história oral com lideranças do movimento negro contemporâneo de todo o Brasil, realizadas no âmbito do projeto História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas, implementado por Verena Alberti e por mim no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)¹⁴.

Logo no início da década de 1970, algumas entidades e organizações se formaram em diferentes partes do país e iniciaram a construção de certa rede de relações que foi fundamental, por exemplo, para a criação do MNU em São Paulo. Em 1971, foi criado o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul; em 1972, o Centro de Estudos de Arte Negra (Cecan), em São Paulo; o bloco afro Ilê Aiyê, em 1974, e o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em 1976, ambos em Salvador; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), em 1974, e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1975, no Rio de Janeiro; em 1975, o Grupo de Trabalho André Rebouças, em Niterói; o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em 1975, em São Gonçalo (RJ), entre outros. Militantes de algumas dessas e de outras organizações participaram diretamente ou apoiaram a realização do ato público de 7 de julho de 1978, em São Paulo. Chama a atenção, nos nomes, a ênfase sobre a pesquisa das culturas negras, ainda que não fossem somente entidades culturais. Segundo Joel Rufino dos Santos, essa escolha se deve, de um lado, ao impedimento legal de se registrar uma entidade como sendo “racial”, mas também ao fato de a “raça” sozinha não ser catalisadora, sendo necessário misturá-la à “cultura”. “Negro”, nesse contexto, “é mais bem uma soma de raça e cultura”¹⁵.

Entre as características específicas do movimento negro contemporâneo, que o diferenciam das tentativas e organizações anteriores à década de 1970, podemos destacar ao menos quatro: 1) a constante denúncia do chamado “mito da democracia racial”, ou seja, da idéia de que as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas; 2) a nítida, e praticamente exclusiva, aproximação

com as organizações de esquerda, que marcou profundamente a constituição das primeiras organizações, ainda durante o regime militar; 3) as influências culturais e políticas provindas do chamado “Atlântico negro”, das lutas de libertação em países africanos e pelos direitos civis nos Estados Unidos; e 4) a assunção do 20 de novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695) como o dia a ser comemorado pela população negra em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura), fato que engloba ampla discussão sobre a valorização da cultura, da política e da identidade negra, e provoca objetivamente uma revisão acerca do papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos¹⁶. A valorização do 20 de novembro como data a ser comemorada remonta a 1971, quando o Grupo Palmares, de Porto Alegre, elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem importante da história do negro no Brasil e realizou o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de novembro. Passados sete anos, a segunda assembléia nacional do MNU, realizada em Salvador, em novembro de 1978, declarou a data o Dia Nacional da Consciência Negra, que hoje é feriado em mais de 200 municípios do país.

Sobre a primeira das características do movimento negro contemporâneo citadas, a constante denúncia do mito da democracia racial, Joel Rufino dos Santos diz o seguinte:

O movimento negro, no sentido estrito, foi, na sua infância (1931-1945) uma resposta canhestra à construção desse mito. Canhestra porque sua percepção das relações raciais, da sociedade global e das estratégias a serem adotadas, permanece no ventre do mito, como se fosse impossível olhá-lo de fora – e, de fato, historicamente, provavelmente o era. Para as lideranças do movimento negro, catalisadas pela imprensa negra que desembocou na FNB, o preconceito anti-negro era, com efeito, residual tendendo para zero à medida que o negro venceu o seu “complexo de inferioridade”; e através do estudo e da autodisciplina, neutralizasse o atraso causado pela escravidão. Na sua visão – comprovando a eficácia do mito – o preconceito era “estranho à índole brasileira”; e, enfim, a miscigenação (que marcou o quadro brasileiro) nos livraria da segregação e do conflito (que assinalavam o quadro norte-americano), sendo pequeno aqui, portanto, o caminho a percorrer. (...) Foi só nos anos setenta que o movimento negro brasileiro decolou para atingir a densidade e amplitude atuais.¹⁷

É interessante observar que, tanto na chamada “imprensa negra” como nas organizações do movimento criadas na primeira metade do século XX,

embora houvesse muitas denúncias de discriminações sofridas e lutas por melhores condições de vida, é evidente a busca pela integração da população negra na sociedade brasileira tal como ela se apresentava na época, fato que se reflete, por exemplo, no próprio órgão de divulgação da FNB, o jornal *A Voz da Raça* n. 1, de 18 de março de 1933, que trazia o seguinte texto em sua primeira página:

A Nação acima de tudo. E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. (...) O Frenetenegrino, como o negro em geral, deve estar atento nas suas reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do ano passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legítimos direitos no campo social, econômico e político, – é mister que cumpra os Mandamentos da Lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.

A segunda característica, citada anteriormente, pode ser percebida justamente como uma espécie de rompimento com esse tipo de visão política presente em movimentos anteriores à década de 1970. Durante a ditadura militar, que se estabeleceu no Brasil a partir de 1964, e no âmbito do processo de Abertura iniciado dez anos depois, é facilmente observável, no âmbito da militância negra que então se constituía, um enfático discurso de transformação das relações sócio-raciais. Não somente no que tange à denúncia do mito da democracia racial, mas também com relação à transformação da própria sociedade como um todo, o que demonstra uma guinada de visão política e uma conseqüente aproximação com grupos de esquerda que se opunham ao regime vigente. A perspectiva de luta que passou a articular as categorias de raça e classe é uma importante característica da política negra que se constitui a partir da década de 1970. Em relação a essa mudança, Michael Hanchard diz o seguinte:

O “novo” caráter do movimento negro no Brasil foi, na verdade, um velho traço latente que se desenvolveu e se acentuou nos anos setenta. Esse traço foi a política de esquerda que avançara aos trancos e barrancos nas margens de várias organizações negras desde a década de 1940, mas que (...) era um fator “residual” na cultura política negra. O que se revelou sem precedentes no despontar de grupos e organizações de protesto nos anos setenta foi a confluência de discursos baseados na raça e na classe dentro do movimento negro. Tanto os ativistas quanto os seguidores abandonaram os credos de conformismo e de ascensão social que haviam prevalecido nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente.¹⁸

Um bom exemplo dessa aproximação entre movimento negro e agrupamentos de esquerda na década de 1970 pode ser observado no depoimento de Flávio Jorge Rodrigues da Silva¹⁹, uma liderança do movimento negro contemporâneo atuante desde o final dos anos 1970. É interessante notar no depoimento a seguir que, no contexto da ditadura militar e de construção de possibilidades de oposição ao regime, Flávio Jorge inclusive torna-se militante do movimento negro a partir de sua atuação em grupos de esquerda, a começar pelo movimento estudantil, e destaca, entre outras coisas, a importância da coluna “Afro-Latino-América”, editada no jornal *Versus* a partir de 1978, que também é considerada importante referência por lideranças do movimento em diferentes estados do Brasil:

Ingressei em 1974 na PUC de São Paulo. A PUC começava a ter um movimento de abertura política, movido pelos alunos e professores que atuavam lá dentro. E participei do primeiro trote, sem ser violento, que foi organizado na época por um núcleo dentro da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, que estava tentando reorganizar o diretório acadêmico. Eles tinham um grupo de teatro e, nesse trote, entrei no grupo. Sete meses depois fui passar umas férias com esse pessoal do grupo de teatro e fui convidado para entrar na Liga Operária²⁰. Era um grupo clandestino que atuava dentro da universidade. Um grupo trotskista até. Para mim foi um choque, porque eu não tinha nem noção de que existiam grupos clandestinos dentro da universidade. Já era o final da luta armada no Brasil, 1974. Era governo Geisel. Esse núcleo era contrário à luta armada porque tinha uma outra visão de organização política e estava investindo muito na organização estudantil. Chamava-se Liga Operária, mas tinha uma ligação muito frágil com os operários. Se vocês estudarem a formação da Convergência Socialista, verão que esse grupo é um dos núcleos que, aqui em São Paulo, estruturam a Convergência Socialista²¹. Agora, o que esse grupo tem de importante? Eu comecei a militar no movimento estudantil da época e, um ano e meio depois, a gente conseguiu criar uma primeira diretoria dentro do diretório acadêmico, que era um diretório que centralizava as escolas de Economia, Administração e Ciências Contábeis, e, na seqüência, o primeiro centro acadêmico da universidade, construído por uma aliança desse grupo com o grupo do PCdoB lá dentro. O governo da época não permitia a existência de centros acadêmicos, que eram considerados centros livres, na concepção que a gente tinha. Já o diretório acadêmico era totalmente atrelado à universidade: a diretoria, para ser eleita, tinha que passar pelo crivo da reitoria. Se a reitoria não permitisse, você não criava o diretório. Então, a gente aproveitou as brechas da lei da época e criou o diretório da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis,

em 1976, e, em 1977, transformou o diretório em centro acadêmico. Começamos um movimento de criação de centros acadêmicos nas outras faculdades, criamos a primeira comissão pró-DCE da PUC e eu me integrei a essa comissão. Pela participação, eu já comecei a virar uma liderança dentro da escola a que eu pertencia, que era a Escola de Ciências Contábeis. Fui estudando e entrando na militância política.

A USP também já tinha um movimento de criação do DCE, e a gente começou a ampliar essa organização. Aí eu concorri para a primeira chapa do DCE da PUC. A gente já não estava mais com o PCdoB, e a Liga Operária já se aproximava do grupo que seria a Convergência mais à frente. A gente perdeu a direção do DCE, mas eu conheci duas pessoas que foram muito importantes na minha vida: o falecido Hamilton Cardoso, que vinha da Universidade de São Paulo, e o Milton Barbosa, que também já estava dentro da Faculdade de Economia da USP²². E eles tinham um núcleo já da questão racial, dentro da universidade. Tinha o Rafael Pinto, o Milton Barbosa, o Hamilton e, dentro da PUC, tinha uma pessoa que hoje mora no Rio, o Astrogildo²³. Ele estudava na PUC, fazia ciências sociais. E o Astrogildo um dia me falou assim: “Flavinho, você não tem interesse nenhum pela questão racial? Você vai ser o tempo todo do movimento estudantil?”. Eu fiquei meio chocado, porque a minha cabeça era totalmente dirigida para o movimento estudantil. Aí eu falei para o Astrogildo: “Nem sei da existência de movimento...”. Ele disse assim: “Nós temos um agrupamento dentro da Liga Operária que começa a discutir movimento negro”. Esse grupo se chamava Núcleo Negro Socialista, que foi, em minha opinião, o grupo que começou esse movimento mais à esquerda dentro do movimento negro brasileiro. Era um núcleo que impulsionava, aqui em São Paulo, o surgimento do Movimento Negro Unificado, do qual o Milton e o Hamilton faziam parte. E o Astrogildo me convidou para fazer parte desse agrupamento dentro da Liga Operária.

E quem começou isso dentro da Liga Operária?

Foi um jornalista que veio do exterior. O nome dele é Jorge Pinheiro²⁴. (...) Ele era da direção da Liga Operária, e eu não sei por onde ele anda. Ele era negro, se reivindicava negro, e teve uma passagem pelo Chile – um auto-exílio –, morou na França e, por essa passagem, começou a ter contatos com os movimentos negros lá de fora e já voltou com essas idéias na cabeça. E, por influência dele, esse pessoal – Hamilton, Milton, Rafael, Astrogildo –, começou a discutir a questão racial. Ele foi um dos responsáveis pela organização daquele jornal *Versus*²⁵, que foi um núcleo bastante importante do debate racial aqui no Brasil. Dentro desse jornal foi criada uma sessão que se chamava

“Afro-Latino-América”. Foi um jornal fundamental para existência do movimento negro; ele centralizava o debate mais teórico sobre o racismo no Brasil em textos muito importantes.²⁶

O trecho anterior é interessante em vários sentidos e, além de apresentar um importante exemplo de articulação entre o movimento negro e grupos de esquerda – o Núcleo Negro Socialista – e de ressaltar o papel da “imprensa negra” – no caso, da coluna “Afro-Latino-América” –, nos leva também a refletir sobre a importância das influências externas para a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Ele destaca as influências trazidas pelo jornalista Jorge Pinheiro, que, em função do exílio, viajou pelo mundo e conheceu discussões e ações dos movimentos negros no mundo Atlântico.

No acervo de entrevistas de história oral citado, desenvolvido desde 2003 e com o qual trabalho, percebe-se que as lutas envolvendo as populações negras na África e nos Estados Unidos a partir de meados do século XX fazem parte de uma “memória coletiva” e são recorrentemente citadas pelos entrevistados como importantes referenciais para a construção de suas próprias identidades como negros e como militantes políticos. Aqui, à luz das entrevistas já referidas e de jornais da chamada “imprensa negra”, que ganhou novo fôlego a partir da década de 1970, será feita uma breve análise sobre a importância dessa “memória coletiva” para a construção das identidades dos militantes negros brasileiros e sobre a relação dessas identidades com as lutas ocorridas no chamado “Atlântico negro”, ao longo da segunda metade do século XX.

É interessante perceber que influências externas são registradas no movimento negro brasileiro há muito tempo. Durante a década de 1920, por exemplo, o jornal *O Clarim d’Alvorada*, fundado em 1924, publicava uma seção intitulada “O Mundo Negro”. Sobre este fato, José Correia Leite²⁷, fundador e editor do jornal, diz o seguinte:

Certa vez, na redação d’*O Clarim d’Alvorada*, apareceu um grupo de baianos que se prontificou a colaborar. (...) Por intermédio deles, *O Clarim d’Alvorada* entrou em contato com um poliglota, o Mário de Vasconcelos. E foi daí que começamos a conhecer melhor o movimento pan-africanista, o movimento do Marcus Garvey. Tudo por meio desse Mário de Vasconcelos, porque lá da Bahia ele começou a mandar colaboração já traduzida para o nosso jornal sobre o trabalho do movimento negro nos Estados Unidos e em outras partes. (...) Nós fizemos uma seção dentro d’*O Clarim d’Alvorada* com o título “O Mundo Negro”, que era justamente o título do jornal que o Marcus Garvey tinha nos Estados Unidos: “Nigro World”.²⁸

Ele conta ainda que durante as décadas de 1920 e 1930 foi “garveysta”. Resultado: foi acusado várias vezes de importar problemas dos Estados Unidos e até de querer criar um “quisto” racial aqui no Brasil²⁹. Francisco Lucrécio, contemporâneo de José Correia Leite e uma das lideranças da FNB, lembrou, em entrevista concedida a Márcio Barbosa na década de 1980, de contatos da FNB com Angola e com o movimento de Marcus Garvey. Seu depoimento, contudo, mostra que a aproximação com a África e com os Estados Unidos não era unanimidade nos anos 1930. A FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembra a de agremiações de inclinação fascista, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932. Seu estatuto, datado de 12 de outubro de 1931, prevê um Grande Conselho e um presidente, que era “a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira”. Seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937, mantinha em destaque, no cabeçalho, a frase “Deus, Pátria, Raça e Família”. É possível que esse ultranacionalismo tenha afastado afinidades com a África, como interpreta Francisco Lucrécio, passados cerca de 50 anos:

Na Frente Negra não tinha essa discussão de volta à África. Tínhamos correspondência com Angola, conhecíamos o movimento de Marcus Garvey, mas não concordávamos. Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros.³⁰

Durante a década de 1970, com o avanço das lutas de independência nos países africanos, com os êxitos obtidos pelos movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, tudo isso somado às lutas internas contra a ditadura militar e beneficiados pelo início do processo de Abertura, a partir de 1974, entre outras coisas, fez com que as influências externas acabassem ganhando uma outra dimensão no processo de constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Hélio Silva Júnior, militante do movimento negro desde o final da década de 1970, por exemplo, fala sobre as influências externas recebidas pelo movimento, da seguinte forma:

Nós podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até

pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. (...) E, por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.³¹

Uma das primeiras entidades do movimento negro contemporâneo surgida no Rio de Janeiro foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), fundada em 1974. Essa entidade publicava o jornal *Sinba*, que circulou entre 1977 e 1980, e logo no primeiro número, de julho de 1977, na matéria intitulada “O que é a África?”, surgiam questões fundamentais para o movimento social negro que se constituía naquele momento: discussões sobre as informações que nos levam a constituir memória e sobre as identidades construídas pelos negros brasileiros. Ao questionar as informações que nos levariam a formar um senso comum preconceituoso em relação à África, o texto diz: “Falar de África como terra de nossos escravos, mãe de nosso folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superada no tempo. E, no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros”. O texto prossegue questionando a ausência de informações sobre a África contemporânea, e diz o seguinte:

(...) nós negros brasileiros somos sempre chamados a nos identificar com a África Ancestral e seus valores correspondentes da época do tráfico ou anterior. Se somos conscientes que a história não pára, por que ficarmos presos àquela época e desconhecemos o seu desenvolvimento histórico? (...) Se cultural, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no campo econômico muito podemos realizar, por que ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação à África? Por que quase tudo desconhecemos sobre sua história recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim, da sua atualidade?³²

A memória que se buscava construir em relação à África, como importante elemento para a construção de identidades negras positivas, deveria se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só no passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida. Michel Pollak, em seu artigo “Memória e identidade social”, afirma que a “memória

é um fenômeno construído”, e que ela “também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”³³. E acrescenta:

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.³⁴

Assim, é possível supor que os militantes que faziam o jornal *Sinba*, ainda em 1977, compartilhavam das idéias que Michel Pollak apresentou no Brasil na década de 1990, na medida em que, em seu primeiro número, eles apresentaram sete matérias tratando de lutas contemporâneas em diferentes países africanos; desde a matéria de capa, intitulada “Depoimento de um líder estudantil de Soweto”, denunciando os horrores do regime do *apartheid* na África do Sul³⁵, até matérias sobre as lutas na Namíbia e na Rodésia, e também sobre Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas.

Mauro Mendes Pereira, um dos fundadores da *Sinba* e um dos redatores do jornal, fez um interessante relato, refletindo sobre a importância das influências externas para a sua trajetória política posterior:

Eu fiquei muito impressionado com a morte do Luther King, com os Panteras Negras, aquilo me galvanizou. Eu acompanhava tudo, ponto por ponto: Muhammad Ali era Cassius Clay; a Angela Davis, que saltou do tribunal para fugir; o julgamento e a luta dos Panteras Negras; os assassinatos...³⁶ E acompanhava na revista *Realidade*, que era uma revista meio contestadora no período da resistência democrática. Em 1972, a Neusa, minha esposa, não queria parar de estudar e foi para a escola Anabral, pertinho da nossa casa, em Irajá. Um dia fui encontrá-la e, no caminho, ela vinha com um cara grandão, o Artur, que era uma espécie de secretário particular do Ênio Silveira³⁷. Eles estavam terminando o primário. Quando ela disse “meu marido gosta de estudar”, ele deve ter pensado: “Como é que uma moça que está no primário é casada com um rapaz que está na universidade e que gosta de estudar?”. Aí o Artur me trouxe um monte de livros da editora Civilização Brasileira. Entre esses tinha o *Alma no exílio*, de Eldridge Cleaver, e *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon³⁸. Eu comecei a ler *Alma no exílio*, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois “entrei” no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais!

Fanon era a crucialidade: “a violência como a parteira da História”. O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara. Porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América, e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Tinha todo um folclore de que, na ditadura, quem vivia com livros tinha que ler encobrendo os nomes, olhando para os lados. Havia todo um temor.³⁹

A transformação do conhecimento adquirido em referência para os militantes fica evidente no depoimento de Lúcia Xavier, militante desde o início da década de 1980, que lembra a dinâmica das discussões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975 no Rio de Janeiro:

[O IPCN] não foi onde “fechei” melhor a minha identidade, mas foi onde terminei de estruturar melhor esse meu compromisso com a questão racial. O IPCN sempre teve uma biblioteca, muito mal utilizada, mas razoável. Na verdade, os que são os nossos intelectuais hoje já estavam lá. Então você vivia o tempo inteiro essas discussões. Lá eu pude acompanhar toda a trajetória africana de mudança de governo, de ação política, todo o processo de apoio à luta contra o *apartheid* – tudo lá dentro, nessa experiência política.⁴⁰

O IPCN foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Principalmente esse grupo, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amílcar Cabral, Patrice Lumumba...⁴¹ O Amauri fazia uma releitura do ponto de vista intelectual. Ele pegava os escritos, lia a realidade brasileira e retraduzia as idéias. Não que a gente não tivesse acesso às idéias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos e ele é aquele tipo de pessoa que tira as frases de efeito – como a famosa “há muitos perigos na vida” –, ele pegava aquelas frases desses revolucionários, você estava no maior caos e, de repente, ele dizia: “Porque Amílcar Cabral falava...!” Isso ia nos ajudando a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica, mas sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas. (...) Essa vivência, no IPCN, foi possível. A gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o *apartheid*⁴². O IPCN era um ponto de referência – era a única organização que tinha lugar fixo, que não se perdia nas mudanças, nem nas desestruturações dos grupos, que tinha informação, mesmo que muito precária. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação. Nos ajudou a ampliar o leque de entendimento. Ao mesmo tempo, tinha as referências americanas e as coisas

que aconteciam no continente europeu. A gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre as maneiras de superar o racismo, de enfrentar, e de pensar que nação nós queríamos, que mundo nós queríamos – se mais à esquerda, se mais à direita.⁴³

É interessante notar, por exemplo, que segundo o que foi relatado no jornal *Jornegro* n. 4, de setembro de 1978, Carlos Alberto Medeiros, representando o IPCN na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em São Paulo em 12 de julho daquele ano, e referindo-se à “movimentação atual” dos negros, creditava “a maior consciência existente em nossa comunidade” à “influência dos movimentos afro-americanos e das libertações africanas”. Vinte e seis anos depois, em entrevista cedida ao CPDOC-FGV em 2004, o mesmo Carlos Alberto Medeiros diz o seguinte em relação ao movimento negro contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 1970:

Então, tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos. Como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo? Em nenhum momento se imaginou que fosse possível copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África – particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anticolonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá na África e nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a história afro-brasileira, adaptar essa idéia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma coisa que cabia... Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento que acabou sendo não de mão única, mas algo de mão-dupla: os negros americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de meca dos negros americanos. Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época, e estava claro para a gente.⁴⁴

Um exemplo interessante e objetivo de que essa relação não seria de mão única, como afirma Medeiros, foram os cartazes de manifestações do movimento negro brasileiro realizadas durante as décadas de 1970 e 1980 em três diferentes estados (Bahia, São Paulo e Alagoas), que foram recentemente encontrados no porão de uma casa vendida na pequena cidade de Charles Town, West Virginia, nos Estados Unidos. Um norte-americano bran-

co que comprou a casa encontrou o material e o doou para uma brasileira, que é dona de uma loja de produtos latinos naquela cidade. Essa brasileira acabou enviando os cartazes de volta para o Brasil, para seu cunhado, que é militante do movimento negro. Em uma demonstração marcante de circulação de referenciais (neste caso, de 360°), os cartazes acabaram chegando até o Brasil e a mim, que estou pesquisando justamente o impacto dessa circulação de referenciais, pelo chamado “Atlântico negro”, na formação do que alguns autores afirmam ser um “movimento negro transnacional”⁴⁵. O caso específico desses cartazes é um dos objetos de análise da minha tese de doutorado, citada anteriormente.

De acordo com a pesquisa que venho realizando, entendo que essa construção, levada a cabo pelos militantes do movimento negro, de uma “identidade negra”, racializada, determinada pelo imperativo político de combater as estruturas que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil seria animada, tanto a partir da “cultura afro-brasileira” e das relações raciais aqui existentes, como pelo “legado cultural e político” do que Paul Gilroy chamou de “Atlântico negro”, ou seja, o conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV. Paul Gilroy afirma que

[o] piloto de Colombo, Pedro Nino, era africano. Desde então, a história do Atlântico negro, constantemente zigzagueado pelo movimento de povos negros – não só como mercadoria, mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania – propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica.⁴⁶

Levando-se em conta toda essa discussão sobre a circulação de referenciais e as influências externas para a constituição do movimento negro brasileiro, Michael Hanchard diz que “os movimentos sociais negros brasileiros fazem parte de uma política negra transnacional”, e afirma que a FNB, por exemplo, deve ser vista, não só como forma de apresentação de história nacional e regional, “mas também como faceta integral de uma comunidade multinacional, multilíngüe, ideológica e culturalmente plural – uma comunidade imaginada, se quiserem, mas não necessariamente limitada por um país territorial singular”⁴⁷. Seguindo seu raciocínio, ele apresenta ainda uma série de importantes influências estrangeiras recebidas pelos movimentos negros norte-americanos na década de 1960:

Um dos pilares filosóficos da mais conhecida tradição de ativismo político negro, a saber, a desobediência civil da Southern Christian Leadership Con-

ference (SNCC) e do Student Non-Violent Coordinating Committee (SCLC), foi a filosofia da desobediência civil de Mohandas Ghandi, ele próprio influenciado por Henry Thoreau e Ralph Waldo Emerson. Idéias “estrangeiras” das obras de Frantz Fanon, Albert Memmi, Ho Chi Minh e Amílcar Cabral (incluindo até mesmo autores franceses, como Sartre e Régis Debray), penetraram nos debates no interior de movimentos e associações como Panteras Negras, Exército Simbionês de Libertação, Oficina de Escritores Watts (Watts Writers Workshop), Oficina de Escritores do Harlem (Harlem Writers Workshop) e outros grupos, durante os anos 1960, e integraram o desenvolvimento ideológico e tático da luta pela libertação dos negros.⁴⁸

Essas influências estrangeiras não determinariam nenhuma essência racial ou identitária, mas fariam parte de uma complexa rede transnacional, segundo Hanchard. Em o *Atlântico negro*, Paul Gilroy elege como instrumental teórico um projeto intelectual e político que, segundo Homi Bhabha⁴⁹, teria sido inaugurado por Edward Said em seu livro *O orientalismo*, de 1979. Este projeto intelectual e político tem sido chamado de “estudos pós-coloniais”. A perspectiva dos estudos pós-coloniais consiste na busca da desconstrução de categorias fixas, estereótipos e classificações que engessam o sujeito; não há, contudo, a pretensão de, eliminando máscaras, alcançar uma essência, a plenitude do sujeito, a sua “verdadeira” identidade. Ela procura demonstrar o caráter híbrido das idéias e construções identitárias. A partir desta perspectiva Gilroy analisa a história de intercâmbio entre o pensamento negro e as idéias dominantes e “brancas”, e salienta o fato de que não existe contradição entre a produção de culturas e identidades negras e a modernização. Ele questiona a idéia de uma “essência racial” que definiria a *negritude*, e considera o que ele chama de “Atlântico negro” como espaço de contínuas trocas entre negros e brancos – durante todo o processo histórico iniciado com as Grandes Navegações –, formador de culturas híbridas que, estas sim, caracterizariam a modernidade.

As influências recebidas através dos elementos e práticas culturais advindas do Atlântico negro também foram recorrentemente citadas pelos entrevistados para esta pesquisa. Um desses elementos é o *soul*, gênero de música negra norte-americana, que tinha como um dos principais ídolos James Brown e que na década de 1970 teve grande impacto na população negra que vivia na periferia de algumas capitais brasileiras, particularmente, no Rio de Janeiro, onde influenciou diretamente o movimento Black Rio. Joel Rufino dos Santos afirma que “esta influência se deu menos por intermédio da mensagem política que pelo convite a uma ‘atitude negra’, que trazia, por sua vez, embutida as questões de identidade”⁵⁰. Carlos Alberto Medeiros, re-

lembrando sua própria experiência de contato com a música *soul* e com todos os elementos culturais que ela trazia, também analisou a importância desses referenciais para a construção de identidades negras no Brasil:

Embora eu visse com muita identificação o que acontecia nos Estados Unidos, via como algo de fora, algo que os negros brasileiros resistiriam muito a fazer. Não haveria aqui o mesmo grau de solidariedade, talvez por não haver segregação oficial – embora a gente já visse que a segregação existia em algumas situações na prática. Mas em 1974 fui parar no Clube Renascença⁵¹. Uma vez fui a um ensaio na Mangueira e, nesse ensaio, conheci várias pessoas, entre elas um negro americano chamado Jimmy Lee. E foi também quando conheci o Filó, que era quem fazia, no Renascença, os bailes chamados “A noite do Shaft”⁵². Shaft era aquele detetive negro no cinema – foi o primeiro filme a apresentar um negro como detetive particular⁵³. (...) A festa do Filó era aos domingos à noite no Renascença e era um negócio emocionante. (...) Aí, poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente em que quem dava o tom eram, sem dúvida, os negros, com os cabelos afro, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó, diferentemente de outras equipes de soul, era um dos poucos que tinha um trabalho racial consciente. Ele passava *slides*, por exemplo, com fotos de famílias negras, de crianças negras, e botava palavras como “estude e cresça”. Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva.

Acho que a Polícia Federal e os órgãos de informação ficaram meio preocupados. Foi um choque quando a sociedade carioca tomou conhecimento disso, graças a uma reportagem que saiu no *Jornal do Brasil*, que deu o nome ao movimento – chamou de “Black Rio”⁵⁴. Apareceu ali pela primeira vez. As pessoas não chamavam assim, chamavam de “festa *black*”, “festa de *soul*”. E virou “Black Rio”. Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o *establishment* branco. Você via críticas no jornal *Movimento*⁵⁵. O *Movimento* chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o *soul* era a pior forma de música negra. O *soul* é lindo! É claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do *soul* é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é *soul*, Aretha Franklin, aquela música que vem da igreja e que, todas as vezes que vou lá, me faz chorar... E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano. Gilberto Freyre publicou um artigo em que dizia que estava havendo uma invasão, estavam trazendo dos Estados Unidos uma “música melancólica” – essa era uma tradução curiosa para *soul*, porque algumas coisas de *soul* podiam ser melancólicas, outras eram revolucionárias⁵⁶.

Havia até um setor do movimento negro que também criticava, não era todo mundo que gostava disso. No início dos anos 1970, enquanto James Brown estava cantando “*Say it loud: I’m black and I’m proud*” – “Diga em voz alta: sou negro e tenho orgulho” –, o Salgueiro teve um samba-enredo que era assim: “Ô, ô, ô... Que saudade da fazenda do senhor.”⁵⁷ (...) Não dava para competir. Então o *soul* trazia uma outra coisa. Eu falo do *soul* e seus filhotes. O *reggae* é um filhote do *soul* – o Bob Marley era cantor de *soul*. Eu estava conversando outro dia com o Vovô, fundador do Ilê Aiyê, recuperando essa história, porque tem um livro do Antônio Risério, *Carnaval Ijexá*, em que ele mostra como o *soul* está ligado ao próprio surgimento dos blocos afro⁵⁸. E o Vovô confirmou: “Nós dançávamos o Brown.” E a coisa do Brown é tão forte que “Carlinhos Brown” é por causa do James Brown.⁵⁹

O próprio Antônio Carlos dos Santos, o Vovô, como é conhecido, em sua entrevista confirmou a informação acima e também comentou sobre as influências externas que recebia:

Na década de 1970 tinha a influência, a gente já ficando rapazinho, do movimento negro americano. Com toda a dificuldade da ditadura, mas a gente já tinha acesso, na época, às músicas que chegavam, aos discos, às nossas festas, porque todos nós aqui usávamos cabelo *black*, todo mundo curtia o Brown. Todo mundo se vestia à moda do negro americano. Mas, quando fundamos o Ilê Aiyê, nós optamos pela África: “Vamos trabalhar com a origem, com a mãe África.” Nós viemos falar em Estados Unidos, acho que foi em 1991 ou 93⁶⁰. Na verdade, a idéia não era nem essa, a idéia era falar sobre o sonho africano de Marcus Garvey, que queria retornar, comprou aquele navio... Mas aí, na discussão, resolvemos falar da “América negra”, mostramos a evolução do negro americano, da época da escravidão, esse ciclo todo. Mas a nossa busca sempre foi essa relação com a ancestralidade, com a África, com a religião. Isso sempre foi muito mais forte.⁶¹

É importante ressaltar que as influências externas apresentadas no decorrer deste texto – que, como podemos perceber, contribuíram para a constituição do movimento negro no Brasil – não devem ser consideradas as únicas determinantes para o surgimento desse movimento social na contemporaneidade. É bastante comum a existência de afirmações de que esse movimento negro seria uma importação dos Estados Unidos. Em geral, essas afirmações são feitas por pessoas que, mesmo diante de toda a evidente desigualdade racial, também afirmam a existência de uma suposta “democracia racial” em nosso país. A própria fundação do MNU, que tinha a frase “Por uma autên-

tica democracia racial!” escrita em sua Carta de Princípios, de 1978, e que se tornou um marco e uma espécie de impulsor para a criação de diversas entidades negras pelo Brasil afora (como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, em 1979, e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Cedenpa, em 1980), ocorreu em São Paulo em função do protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de quatro jovens atletas negros de um clube paulista. Outro caso interessante é o relatado por Vanda Menezes, sobre a motivação para a criação da Associação Cultural Zumbi, em 1979, no estado de Alagoas:

A Associação Cultural Zumbi surgiu em Maceió, em 1979, porque um companheiro nosso, Marcelino Maximiniano Dantas, que fazia medicina, foi para um baile no Clube Fênix Alagoana, que era um clube fechado, como os outros clubes da época, e foi convidado a sair desse baile porque era negro. Ele era filho de Laura Dantas, uma mulher negra que foi professora de governadores. Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas no estado. E, por conta dessa atitude do cara que tomava conta do clube, houve uma revolta dos próprios companheiros brancos que faziam medicina com ele. Foi uma confusão. Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia medicina, e que foi posto para fora da Fênix. E aí muitos companheiros começaram a discutir sobre isso. Todo mundo se mobilizou e resolveu fazer uma reunião para discutir essa coisa da discriminação, desse racismo. Éramos 33 pessoas no primeiro encontro, duas mulheres e 31 homens, que se reuniram na Universidade Federal de Alagoas, UFAL, porque Zezito Araújo, na época, já estava na UFAL⁶². Dos que foram à reunião, só quem estava na universidade era eu – que não era da UFAL – e Zezito. A maioria era de negros que ficavam no mundo, na vida. A gente fez a reunião, o Marcelino contou a história toda, aí a gente se revoltou e resolveu fazer um grupo para discutir isso. A Associação Cultural Zumbi, ACZ, era um grupo político. Era um movimento político, que revolucionou aquela cidade e o estado como um todo. Foi a Associação Cultural Zumbi que constituiu o Memorial Zumbi⁶³ e que brigou para tombar e desapropriar a Serra da Barriga.⁶⁴

Ou seja, a mobilização negra que acabou resultando na criação dessas e de outras entidades e organizações do movimento negro contemporâneo, em geral, foram determinadas pela percepção das desigualdades e as situações de racismo a que toda a população negra está exposta em nossa sociedade. E é em função de acontecimentos como esses que a luta contra o racismo e a busca pelo conhecimento em relação às histórias dos diferentes grupos

que formam a sociedade brasileira e que foram historicamente invisibilizados ou negligenciados, têm se tornado uma questão política fundamental ao se pensar na construção de uma sociedade democrática de fato. Conhecer as condições, as influências, as histórias sobre a constituição dos movimentos negros, dos movimentos indígenas, bem como suas estratégias iniciais, suas articulações com os diferentes movimentos sociais etc., podem nos fornecer importantes elementos para pensarmos a sociedade brasileira de uma maneira ampla, contemplando os diferentes olhares nela existentes.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970 e, também, refletir sobre alguns aspectos que nos permitem diferenciar este movimento negro “contemporâneo” no Brasil dos movimentos existentes em períodos anteriores à década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento negro; identidade; Brasil.

ABSTRACT

The aim of this article is to study the importance of the struggles for independence in Africa and the civil rights movements in the United States to the constitution of the contemporary black movement in Brazil, in the 70s, as well as to reflect on some aspects that allow us to differentiate this contemporary Brazilian black movement from others existing before the 70s.

KEYWORDS

Black movement; identity; Brazil.

NOTAS

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no simpósio temático “Territorialidades da memória: espaços, identidades e conflitos sociais”, sob a coordenação de Icléia Thiesen e Marco Aurélio Santana, no XXIV Simpósio Nacional de História da Anpuh (Unisinos, São Leopoldo, RS, julho de 2007).

² Formado em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é mestre em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Organizou, com Verena Alberti, o livro *Histórias do movimento negro no Brasil* (Rio de Janeiro: Pallas, 2007). Contato do autor: amilcarpereira@hotmail.com.

³ Nesse sentido seria correto utilizarmos a expressão “movimentos negros” no plural. Entretanto, tenho verificado ao longo de minhas pesquisas que tanto as lideranças como os militantes desse movimento social se autodenominam e são denominados militantes do “movimento negro”, no singular. Percebo também que, mesmo com toda a diversidade de ações e visões políticas, é indubitável que todos os militantes têm em comum o fato de lutar contra o racismo e por melhores condições de vida para as populações negras no Brasil.

⁴ NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997”. In GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 204.

⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. “O Movimento negro e a crise brasileira”. *Política e Administração*, v. 2, jul.-set. 1985, p. 287.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*, p. 303.

⁸ *Ibidem*, p. 288.

⁹ Joel Rufino dos Santos, em outro artigo, afirma que: “A luta organizada contra o racismo, com efeito, nasce às vésperas da Revolução de Trinta. Semi-intelectuais e subproletários se juntam em São Paulo, então caminhando rapidamente no sentido de se tornar a maior cidade do país, numa ‘imprensa negra’. Jornais como *O Clarim d’Alvorada* e o *Getulino*, de Campinas – ainda hoje motivos de orgulho dos movimentos –, denunciavam as discriminações raciais mais chocantes do nosso quadro urbano, no emprego, na moradia, na educação nos locais de lazer. Foi essa imprensa, o embrião da primeira instituição de luta contra o racismo brasileiro – apresentado então, eufemisticamente, como discriminação racial –, a Frente Negra Brasileira.” Ver SANTOS, Joel Rufino dos. “A luta organizada contra o racismo”. In BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 89.

¹⁰ Sobre a FNB ver BARBOSA, Márcio (org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998; e FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. *As trajetórias políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937)*. Dissertação de mestrado em história, Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

¹¹ Sobre a UHC ver SILVA, Joselina da. *União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo*. Tese de doutorado em ciências sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

¹² Ver PINTO, Regina P. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1993.

¹³ No dia 18 de junho de 1978 foi criado por um grupo de militantes, em São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), lançado no ato público de 7 de julho do mesmo ano. Ainda no mesmo mês de julho, na reunião realizada no dia 23, o Movimento teve a palavra “negro” introduzida, transformando-se no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Em 1979 esta organização passou a ser denominada somente como MNU (Movimento Negro Unificado). Durante a sua criação, o MNU propunha ser um movimento

nacional unificado, e conseguiu contar com a participação de militantes de alguns estados. Todavia, com os diversos rachas e com as diferentes visões em relação à luta contra o racismo, existentes no meio da militância negra, o MNU tornou-se uma entidade, como várias outras, com ramificações em diferentes regiões do país.

¹⁴ Em seu primeiro ano de vigência, a pesquisa contou com o apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis) e em janeiro de 2004 passou a integrar o projeto Direitos e Cidadania, coordenado pelo CPDOC-FGV e aprovado pelo Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ao longo desses anos, Verena Alberti e eu temos produzido reflexões utilizando as entrevistas como fontes históricas. Além do livro que organizamos, *Histórias do movimento negro no Brasil*, elaboramos em co-autoria oito artigos até o momento: “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (São Luís, UFMA, setembro de 2004); “Movimento negro e ‘democracia racial’ no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado na Terceira Conferência Bienal da Association for the Study of the Worldwide African Diaspora (Aswad) (Rio de Janeiro, outubro de 2005); “Discriminação racial no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de História Oral (Sydney, Austrália, julho de 2006) e publicado em *Historia, Antropología y Fuentes Orales* (Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 37, 2007); “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”, *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, n. 37, 2006/1); “Cotas no país da ‘democracia racial’: alguns elementos da atuação política do movimento negro contemporâneo”. In VISCARDI, Cláudia e DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *História oral: teoria, educação e sociedade* (Juiz de Fora, UFJF, 2006); “O movimento negro contemporâneo”. In REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (Coords.). *Revolução e democracia*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As Esquerdas no Brasil); “Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”, trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Salvador, Uneb, setembro de 2006) e no III Seminário Pronex “Direitos e cidadania” (Rio de Janeiro: CPDOC, novembro de 2006), posteriormente publicado no livro *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*, coordenado por Ângela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: FGV, 2007); e “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n. 39, 2007/1). Os três primeiros estão disponíveis em <www.cpdoc.fgv.br>. As entrevistas do projeto constituem também o principal conjunto de fontes para a elaboração de minha tese de doutorado, *O “Mundo negro” – a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-2001)*, que estou elaborando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Hebe Mattos.

¹⁵ SANTOS, “O Movimento negro...”, *op. cit.*, p. 291.

¹⁶ As reivindicações pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” e “valorização da cultura negra” já estavam presentes na *Carta de Princípios* elaborada na fundação do MNU, em 1978. Para essa discussão sobre a construção do movimento negro contemporâneo ver ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araujo. “O movimento negro contemporâneo”. In REIS e FERREIRA, *op. cit.*

¹⁷ SANTOS, “O Movimento negro...”, *op. cit.*, p. 289.

¹⁸ HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 132.

¹⁹ Flávio Jorge Rodrigues da Silva nasceu na cidade de Paraguaçu Paulista (SP), em 7 de fevereiro de 1953. Com 17 anos foi sozinho viver na cidade de São Paulo, “em busca de emprego e educação”. Formado em ciências contábeis pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), em 1981, participou do movimento estudantil durante a segunda metade da década de 1970 e foi um dos fundadores do Grupo Negro da PUC, em 1979. Fez parte da diretoria da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), como coordenador do Programa Urbano de São Paulo, de junho de 1988 a maio de 1998. Em 1991 foi um dos fundadores da Soweto (Organização Negra) e participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado em São Paulo. Foi eleito primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT), criada em 1995, e permaneceu como secretário por dois mandatos, até 1999. À época da entrevista fazia parte do Diretório Nacional do PT, era diretor da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo, e diretor de projetos da Soweto. Entrevista gravada em São Paulo, em 20 de julho de 2004.

²⁰ A Liga Operária foi uma organização de inspiração trotskista constituída no final de 1973 por brasileiros exilados na Argentina, que já haviam integrado a Ação Popular, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Movimento Nacionalista Revolucionário. Mas foram, sobretudo, os ex-militantes dessa última organização que compuseram sua diretoria. Ver <www.uem.br/~dialogos/include/getdoc.php?id=602&article=208&mode=pdf>. Acesso em 29 jul. 2007.

²¹ A Convergência Socialista foi uma organização política criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo, e uma das correntes atuantes no Partido dos Trabalhadores a partir de 1980. Deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o recém-criado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

²² Hamilton Bernardes Cardoso (1954-1999), jornalista e escritor, fundador e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, fundou a revista *Ébano*, em 1981, e publicou *(Re)vivendo Palmares* (2000) e *O resgate de Zumbi* (1986). Foi também co-fundador da revista *Lua Nova*, do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea do Brasil (Cedec). Ver <www.partes.com.br/consciencia_02.html> e <www.comciencia.br/reportagens/negros/15.shtml>, acesso em 3 jun. 2005. Milton Barbosa, também chamado de Miltão, foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1982 fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT, na cidade de São Paulo. Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro em 1986, em Brasília.

²³ Rafael Pinto, cientista social formado pela Universidade de São Paulo, participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Atualmente é diretor da Associação dos Funcionários do Banespa e membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Ver <<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/cultura/2006/05/0008>> e <www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/390261.shtml>.

acesso em 18 ago. 2007. Astrogildo Esteves Filho é jornalista e trabalhou como revisor na Editora Nova Fronteira.

²⁴ Jorge Pinheiro dos Santos foi militante da Ação Popular, da Liga Operária e do Movimento Nacionalista Revolucionário durante o regime militar. Em 1970 exilou-se no Chile e concluiu o curso de ciências sociais na Universidade de Chile (1973). Em 1974 voltou ao Brasil; em 1977 foi viver na Europa, onde tomou contato com as idéias que o levaram à Convergência Socialista, da qual foi um dos fundadores no Brasil, no ano seguinte. Trabalhou como jornalista na revista *Manchete* e nos jornais *Folha de S.Paulo* e *Versus*, do qual, além de um dos editores, foi também diretor, justamente a partir do n. 23 (jul.-ago. 1978), após a saída do criador do jornal, o jornalista Marcos Faerman. Em 2001 concluiu a graduação em teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo (2001), tornando-se pastor. Fez também mestrado (2001) e doutorado (2006) em ciências da religião na Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é professor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Ver <www.pastoral.org.br/2006/t_text/a12.htm> e <www.cnpq.br>, “Plataforma Lattes”, acesso em 29 ago. 2007.

²⁵ O jornal *Versus* circulou de outubro de 1975 a outubro de 1979, e chegou a ter circulação nacional, com edições de 35 mil exemplares. Ver <www.cce.ufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa_6_7/versus6_7.htm>, acesso em 30 ago. 2007.

²⁶ Esse e os outros trechos de entrevistas com as lideranças do movimento negro citados neste artigo foram retirados do livro *História do movimento negro no Brasil* (Rio de Janeiro: Pallas, 2007), organizado por Verena Alberti e por mim.

²⁷ José Correia Leite, nascido em São Paulo em 1900, foi também um dos fundadores da FNB, em 1931. Contudo, desligou-se da FNB ainda no momento da aprovação do estatuto da entidade, por divergir de sua inclinação ideológica, e fundou então o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954, quando já tinha 60 anos, fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e em 1960 participou da criação da revista *Niger*.

²⁸ Ver CUTI (Org.). ... *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 77-78. (Cuti é pseudônimo de Luiz Silva, que também foi um dos entrevistados para esta pesquisa, em 14 de setembro de 2006.) Marcus Garvey (1887-1940): jamaicano, fundou a Universal Negro Improvement Association e a African Communities League. Estabelecendo-se nos Estados Unidos, chegou a fundar uma empresa de navegação em 1919, a Black Star Line Steamship Corporation, para promover o transporte dos afrodescendentes para a África. A empresa, contudo, foi processada por irregularidades, e Garvey foi deportado para a Jamaica. Em 1935, fixou-se em Londres, onde faleceu.

²⁹ *Ibidem*, p. 195.

³⁰ BARBOSA, Márcio (Org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombohoje, 1998, p. 46. Francisco Lucrécio, nascido em Campinas em 1909, foi diretor da FNB de 1934 a 1937.

³¹ Hédio Silva Júnior foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de

Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC-SP, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 2004.

³² Sinba, 1977, p. 5.

³³ POLLAK, Michel. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204.

³⁴ *Ibidem*, p. 205.

³⁵ Ainda na matéria de capa, o jornal traz a seguinte informação sobre o massacre realizado pela polícia do *apartheid* num bairro negro da cidade de Soweto, África do Sul: “Soweto – 16 de junho de 1976 – mais de 600 mortos” e afirma que, segundo a Unesco, “são poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pôde nunca ser estabelecido”.

³⁶ Nascido Cassius Clay (1942), o boxeador Muhammad Ali mudou de nome após ter-se tornado membro da Nação do Islã, organização religiosa de muçulmanos negros, em 1964. Em 1966, recusou-se a servir no Exército norte-americano e a lutar na Guerra do Vietnã. Na ocasião não atendeu ao comando de um oficial que o chamou pelo nome antigo, alegando que “Clay” era um nome dado a um antepassado seu por um homem branco. Em abril do ano seguinte, não atendeu três vezes ao pronunciamento de seu nome antigo por ocasião de uma luta em Houston. Em razão dessas recusas, permaneceu três anos sem poder atuar nos Estados Unidos e perdeu o título de campeão dos pesos pesados que havia conquistado em 1964. Quanto a Angela Davis, em agosto de 1970 ela passou a integrar a lista dos dez fugitivos mais procurados do Federal Bureau of Investigation (FBI), acusada de participar do seqüestro e do homicídio de um juiz durante a tentativa de fuga de um tribunal de três militantes dos Panteras Negras. Desapareceu por dois meses, mas acabou sendo presa. Seu julgamento mobilizou a opinião pública mundial e durou 18 meses, ao final dos quais foi inocentada de todas as acusações.

³⁷ Ênio Silveira (1925-1996) foi proprietário da editora Civilização Brasileira de 1948 a 1996, que teve importante papel no debate político e cultural durante o regime militar. Ver <http://www.editorasonline.com.br/editora_civilizacao_bras.asp>, acesso em 24 jul. 2007.

³⁸ Eldridge Cleaver (1935-1998) foi um dos fundadores e o porta-voz do movimento Panteras Negras, criado em 1966. *Alma no exílio (Soul on Ice)* foi escrito enquanto esteve preso condenado por assalto, entre 1957 e 1966. Frantz Fanon (1925-1961), médico e militante negro nascido na Martinica francesa, nas Antilhas, atuou na guerra de independência da Argélia e escreveu obras de referência sobre as lutas de libertação africanas, como *Pele negra, máscaras brancas* (1954), um estudo sobre a psicologia dos negros antilhanos, e *Os condenados da terra* (1961), obra que influenciou as ações revolucionárias dos países do chamado Terceiro Mundo na década de 1960. Ver LOPES, Nei. *Enciclopédia da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

³⁹ Além de fundador da Sinba em 1974, Amauri Mendes Pereira participou da criação do MNU, em 1978, em São Paulo. Integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro, em dois momentos: no

início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela UERJ, à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 2003.

⁴⁰ O *apartheid* (palavra africâner que significa “separação”) foi o regime de segregação das populações negra e branca, veiculado pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul entre 1948 e 1992, quando foi abolido por uma maioria de 69% dos votos de um plebiscito só para brancos proposto pelo então presidente branco Frederik de Klerk. Somente em 1994 foi realizada a primeira eleição livre para presidente da República, que foi vencida por Nelson Mandela, principal líder da luta contra o *apartheid* na África Sul.

⁴¹ Amílcar Cabral (1924-1973) fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, e foi um dos dirigentes da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Em 1972, anunciou a criação de um governo provisório nos territórios controlados pela guerrilha do PAIGC, mas foi assassinado pouco depois, em janeiro de 1973. Patrice Émery Lumumba (1925-1961), líder nacionalista do Congo Belga, lutou pela independência de seu país durante a década de 1950. Fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC) em 1958. Após a independência da República do Congo, em 30 de junho de 1960, foi eleito primeiro-ministro. Contudo, parte da administração e das forças armadas continuava em mãos de autoridades belgas, que, ao lado das empresas mineradoras, opunham-se às medidas nacionalistas promovidas por Lumumba (como a africanização do Exército) e fomentavam a secessão da região mineradora de Katanga. Como a Organização das Nações Unidas (ONU) não enviasse ajuda militar para pôr fim à guerra civil, Lumumba pediu ajuda à União Soviética (URSS). Receando que o Congo se alinhasse à URSS, a agência norte-americana de inteligência (CIA) financiou os opositores de Lumumba, a quem forneceu armas. Em setembro de 1960, o general Joseph Désiré Mobutu tomou o poder, após um golpe de Estado, e, em janeiro do ano seguinte, Patrice Lumumba foi preso e assassinado.

⁴² Nelson Rolihlahla Mandela (1918), nascido em Qunu, na África do Sul, pertencente ao grupo étnico dos xosas, formou-se em direito em 1942 e tornou-se um dos maiores líderes da luta contra o racismo no mundo. Militante do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês), a principal organização negra dedicada à luta contra o regime racista sul-africano, desde 1944, foi preso em 1962 e condenado à prisão perpétua em 1964. Em 1990, em função da campanha do ANC e da pressão internacional, foi libertado e, em 1993, ganhou o prêmio Nobel da Paz, junto com o presidente da África do Sul, que o libertou, Frederik de Klerk. Em 1994, Nelson Mandela foi eleito presidente da República da África do Sul, tornando-se o primeiro presidente negro daquele país. Ver <http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/mandela-bio.html>, acesso em 1 ago. 2007.

⁴³ Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 Lúcia Xavier fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupava, à época da entrevista, a função de secretária executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 2003.

⁴⁴ Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sinba e do IPCN, em 1974 e 1975, respectivamente. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), entre 1995 e 1996, e subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. Jornalista formado pela UFRJ, é mestre em sociologia e direito pela UFF e doutorando em ciências sociais pela UERJ. Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 15 de abril de 2004.

⁴⁵ Ver GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. “Apresentação”. In GUIMARÃES e HUNTLEY, *op. cit.*

⁴⁶ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001, p. 59.

⁴⁷ HANCHARD, Michael G. “Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002, p. 89.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 74.

⁴⁹ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁵⁰ SANTOS, *op. cit.*, p. 289.

⁵¹ O Clube Renascença foi criado em 1951, no bairro Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, por um grupo de negros da classe média, com o objetivo de dispor de um espaço para atividades sociais em que não se sentissem discriminados. Logo atraiu a elite social e intelectual negra do Rio de Janeiro. Na década de 1960 o clube se transferiu para o bairro do Andaraí, e suas atividades, como festas, bailes de carnaval e concursos de beleza, atraíam artistas, políticos, jogadores de futebol, intelectuais e grupos de diferentes classes sociais da cidade. No entanto, foi na década de 1970 que surgiu a proposta de resgatar atividades especificamente voltadas para a juventude negra, que oferecessem novas formas de identificação étnica. Ver GIACOMINI, Sonia Maria. “Elite negra e o drama de ser dois”. In I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença (Salvador, abril de 2000). Disponível em: <www.desafio.ufba.br/gt6-004-html>, acesso em 8 jul. 2005.

⁵² Asilófilo de Oliveira Filho (1949), conhecido como Filó, nasceu no Rio de Janeiro e foi mentor do movimento sociocultural Black Rio, que eclodiu nos subúrbios do Rio de Janeiro na década de 1970, no rastro dos movimentos de afirmação dos negros norte-americanos e a partir da moda da *soul music*. Nos anos 1990, foi presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Esportivo (Indesp) e, em 2002, presidente da Superintendência de Esportes do Estado do Rio de Janeiro (Suderj). Ver LOPES, *op. cit.*

⁵³ *Shaft*, lançado em 1971, foi o primeiro filme da trilogia que tinha Richard Roundtree no papel principal. Os outros dois foram *Shaft's Big Score* (1972) e *Shaft in Africa* (1973). A série de TV protagonizada pelo detetive John Shaft foi produzida entre 1973 e 1974.

⁵⁴ No dia 17 de julho de 1976, o Caderno B do *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem de quatro páginas, assinada por Lena Frias, intitulada “Black Rio – o orgulho (importado) de ser negro no Brasil”. Ver Hermano Vianna, *O mundo funk carioca*. Disponível em: <www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=136&cod_chave=1&letra=c>, acesso em 24 jul. 2007.

⁵⁵ O jornal *Movimento* foi um semanário de São Paulo que circulou entre os anos de 1975 e 1981, reconhecido por sua linha editorial de combate à ditadura.

⁵⁶ Em artigo intitulado “Atenção, brasileiros”, publicado no *Diário de Pernambuco* em 15 de maio de 1977, Gilberto Freyre pergunta: “Será que estou enxergando mal? Ou terei realmente lido que os Estados Unidos vão chegar ao Brasil, (...) norte-americanos de cor, (...) para convencer os brasileiros também de cor de que seus bailes e suas canções afro-brasileiras teriam de ser de ‘melancolia’ e de ‘revolta?’”. E prossegue: “O que se deve destacar, nestes tempos difíceis que o mundo está vivendo, com uma crise terrível de liderança, (...) é que o Brasil precisa estar preparado para o trabalho que é feito contra ele, não apenas pelo imperialismo soviético, (...) mas também pelo dos Estados Unidos.” O artigo está citado em MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos* (Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 70).

⁵⁷ Trata-se do samba “Batuque do Morro Velho”, de Adil de Paula, Zuzuca do Salgueiro, gravado no disco *Zuzuca*, de 1974. A letra diz: “Ô, ô, ô, / Que saudade da fazenda do Sinhô, / Morro Velho das Palmeiras, / Onde canta o sabiá, / Morro Velho, das jaqueiras, / De Sinhô e de Sinhá, / Morro Velho, das fazendas, / Como é doce recordar, / Os negros em dias de festa, / Cantando em promessas aos nossos Orixás, / No mato tem, / Oi, no mato mora, / Mestre Dourado, / Lambari que puxa tora.” Ver <http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Zuzuca+do+Salgueiro&tab_ela=T_FORM_A&qdetalhe=art> e <http://musicasantigaseletras.com.br/carnaval/morro_velho.html>, acesso em 24 jul. 2007.

⁵⁸ RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981.

⁵⁹ O *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira* confirma que o cantor, percussionista e compositor Antônio Carlos Santos de Freitas (1962) adotou o nome artístico de Carlinhos Brown nos anos 1970, inspirado em James Brown. Ver <http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Carlinhos+Brown&tabela=T_FORM_A&qdetalhe=art>, acesso em 24 jul. 2007.

⁶⁰ O tema de 1993 recebeu o título “América negra – o sonho africano”. Ver <www.ileaiye.com.br>, acesso em 23 jan. 2007.

⁶¹ Antonio Carlos dos Santos (Vovô) foi fundador, com Apolônio de Jesus – já falecido –, em 1974, do primeiro “bloco afro” na cidade de Salvador, o Ilê Aiyê, do qual ainda é presidente. Antes de fundar o Ilê, Vovô foi estudante de engenharia eletromecânica e trabalhou no Pólo Petroquímico da Bahia. Vovô foi também consultor para a criação de blocos afro em vários estados e membro do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, em Brasília, entre 1995 e 1998. Entrevista gravada em Salvador, em 16 de setembro de 2006.

⁶² Zezito Araújo (1952), formado em história pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), participou de várias entidades negras, entre elas a Associação Cultural Zumbi, da qual foi fundador em 1981, e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)

da UFAL, que dirigiu de 1983 a 1991. Durante o segundo mandato do governo Ronaldo Lessa (2002-2006) em Alagoas, assumiu a Secretaria Executiva de Defesa e Proteção das Minorias do Estado de Alagoas. Ver <www.sedem.al.gov.br/index.php?sec=secretario>, acesso em 11 abr. 2007.

⁶³ Memorial Zumbi foi fundado em 20 de novembro de 1980 na serra da Barriga, em Alagoas, com o objetivo de ser um ponto de encontro de entidades negras e de centros de documentação e pesquisa da história dos movimentos negros no Brasil. Outra de suas propostas foi reivindicar a preservação das terras onde se localizou o quilombo dos Palmares, na serra da Barriga. Ver LOPES, *op. cit.*

⁶⁴ Vanda Menezes, formada em psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) em 1983, foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi, no ano de 1979, entidade da qual foi presidente entre 1989 e 1991. Participou, desde o início da década de 1980, do processo de tombamento da serra da Barriga, que abrigou o Quilombo dos Palmares, e da criação do Memorial Zumbi na Serra. Perita criminal, faz parte da Polícia Civil do Estado de Alagoas desde julho de 1980. Em 2002 foi convidada pelo então governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, a ocupar a Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, função que exercia à época da entrevista, realizada no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 2005.